

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 491p.

GLÓRIA KOK¹
UNICAMP/CPEI

“Como a imagem de índio ‘falso’, ‘promíscuo’, ‘antropófago’, com a qual os Botocudos foram retratados, com o respaldo da “sciência”, podia ser articulada à idéia paradoxal da possibilidade de uma ‘conversão dos indígenas no interior da missão?’” (p.325).

Esta questão, que pauta de o discurso indigenista e catequético do século XIX, conduz o brilhante trabalho da antropóloga Izabel Missagia de Mattos, *Civilização e Revolta*, premiado no concurso da EDUSC-ANPOCS, em 2003. No ano anterior, foi apresentado originalmente como tese de doutoramento, sob a orientação do historiador John Monteiro, defendida no Departamento de Antropologia da Unicamp.

Fruto de uma cuidadosa pesquisa documental em arquivos nacionais e estrangeiros, em fontes históricas e etnográficas, este trabalho vem na esteira das publicações inovadoras dos últimos anos,² que emergiram nos campos da história indígena e do indigenismo. No âmbito dos estudos ameríndios, *Civilização e Revolta* representa um ponto de inflexão sobre os diversos grupos indígenas denominados Botocudos, que viviam na região do Mucuri e Doce, em Minas Gerais, no

¹ Glória Kok é pós-doutora em Antropologia na Unicamp, pesquisadora do Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI) e autora de *Os vivos e os mortos na América portuguesa* (Fapesp/Unicamp, 2001) e *O sertão itinerante* (Fapesp/Hucitec, 2004), entre outras publicações.

² Entre as mencionadas publicações inovadoras, destaco *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial* (Edusc, Anpocs, 2003), de Cristina Pompa, e *Metamorfoses indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* (Arquivo Nacional, 2003), de Maria Regina Celestina de Almeida.

século XIX, na medida em que atribui “visibilidade aos atores indígenas” (p.26).

O livro está dividido em duas partes. A primeira, “Célebres Botocudos: política, história e xamanismo”, é composta de quatro capítulos que se debruçam sobre a recuperação da trajetória desses grupos frente aos processos de implantação de políticas indigenistas e de modelos de “civilização”, nos quadros da expansão colonizadora dos sertões do Leste, descortinando experiências históricas, resistências e reconstruções identitárias dos Botocudos.

Durante o Império, esses índios tornaram-se célebres pelo olhar dos viajantes e pesquisadores por sua “radical relação de alteridade”. O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, que viajou pelo Brasil entre os anos de 1815 e 1817, deixou o seguinte testemunho: “o rude selvagem Botocudo, habitante aborígene dessas paragens, [...] mais formidável que todas as feras e o terror dessas matas impenetráveis” (p.61). De acordo com a concepção de monogenismo, representada aqui pelo pesquisador francês Liais, os Botocudos encontram-se “no mais baixo grau da escala dos povos existentes” (p.77). Dois deles chegaram a ser expostos na Academia de Ciências em Paris, em 1844, como “espécimes vivos” que exemplificavam a degeneração da humanidade. Os Botocudos também foram exibidos em Londres e na Exposição Antropológica de 1882, no Rio de Janeiro.

A identificação dos Botocudos como “antropófagos” resultou em guerra ofensiva declarada em Carta Régia de 13 de maio de 1808. De um lado, os índios aprisionados estariam obrigados a servir, de outro, os colonos que se estabelecessem em territórios indígenas receberiam favores no sentido de promover o fomento da agricultura, do comércio e da navegação na região.

Já a segunda parte do livro, “Carisma e revolta: a missão e os desencontros”, dividida em três capítulos, discute a experiência vivida por índios e missionários no contexto da missão, além de analisar os mecanismos da “mestiçagem” observados nos aldeamentos.

No tempo do Império, a política indigenista governamental baseava-se no Regulamento das Missões de 1845, que criou novos dispositivos de sujeição aos Botocudos por meio dos aldeamentos indígenas dirigidos pelos capuchinhos italianos, e na Lei de Terras de

1850, que deliberava sobre terras devolutas. A partir daí, desenvolveram-se a Companhia do Mucuri (1851-1861), encarregada da mineração e de subjugar terras e índios, e a colônia militar do Urucu, criada pelo governo provincial para defender a Companhia das agressões dos Botocudos. Com o tempo, ambos caíram no ocaso.

Na lógica da expansão colonizadora, entretanto, foi paradigmática a experiência dos capuchinhos italianos Frei Serafim de Gorizia e Frei Ângelo de Sassoferrato. Em 1873, os missionários chegaram em Itambacuri com o objetivo de organizar uma missão para “catequizar e civilizar” os Botocudos. Buscava-se, assim, formar uma futura cidade baseada na apropriação privada dos territórios indígenas e na miscigenação, que obscurecia a visibilidade dos índios enquanto promovia a assimilação das populações indígenas como mão-de-obra. A população no Itambacuri, em 1887, era composta de 1042 botocudos “nômades e malfazejos”, que falavam um mesmo idioma, dos subgrupos Puruntum, Pojichá, Giporok, Pontón, Catulé, Crenhé, Aranã, entre outros, além de 960 “nacionais pobres”, considerados “caboclos” ou mestiços, que, paulatinamente, se tornariam a maioria na missão.

Descortinando as contradições do projeto missionário dos capuchinhos italianos, uma grande revolta indígena eclodiu no aldeamento do Itambacuri a 24 de maio de 1893. Entre os ingredientes que motivaram estratégias de guerra e de rebeldia figuravam a violência cotidiana das punições, a consciência indígena do direito à terra e o xamanismo, recrudescido no tempo da missão.

Apesar do decréscimo populacional sofrido depois da revolta, o aldeamento do Itambacuri foi o mais reconhecido do Império, porque, conclui a autora, promoveu a “mestiçagem concebida com a finalidade de produzir uma ‘raça’ mista e industriosa que, na prática, constituía uma estratégia administrativa para a desarticulação dos Botocudos e a conseqüente ‘desinfestação’ de seus territórios de mata, destinados à direção dos capuchinhos” (p.390).

Gradativamente, os Botocudos foram transformados em “nacionais” com o abandono da língua materna e a adoção do código civil brasileiro. Afinal, o ingresso na modernidade pressupunha tanto a supressão das diferenças quanto a constituição de uma nacionalidade homogênea. Contudo, nesse processo, novas conexões identitárias

foram estabelecidas, conferindo, em definitivo, visibilidade aos Botocudos. Por tudo isso, *Civilização e Revolta* é leitura obrigatória que se tornou uma obra de referência dos estudos ameríndios.
